

125

PARECER N° 451/2022 – PROGE/SESAU

REF.: PROCESSO N° 6895/2022 – SESAU.

INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SESAU.

ASSUNTO: Adesão às Ata de Registro de Preços n° 008/009/010 – Fundação Cultural do Estado do Pará, SRP 007/2021, Pregão Eletrônico n° 014/2021-FCP.

I – RELATÓRIO:

Senhora Secretária,

Referem-se os autos acerca da possibilidade jurídica para a múltiplas atas de Registro de Preços as saber as Atas n° 008/009/010, SRP 007/2021, Pregão Eletrônico n° 014/2021- Fundação Cultural do Estado do Pará – FCP. Cujo objeto são a prestação de serviço de locação de Estruturas físicas para realização de eventos.

Por conseguinte, considerando a prevalência do Sistema de Registro de Preços, fora anexado aos autos as correspondentes Atas de Registro de Preços e mapa comparativo de preços pelo Setor de Compras, considerando a vantajosidade econômica de adesão em detrimento da formalização de certame licitatório, restou à possibilidade jurídica acerca da questão.

Por fim, o presente expediente foi encaminhado ao Fundo Municipal de Saúde para informação orçamentária que subsidiará a despesa durante o período correspondente à vigência solicitada e, então, vieram os autos para dirimir as questões jurídicas quanto esta espécie de Contratação Pública.

É a síntese do relatório.

II – FUNDAMENTOS:

Preliminarmente, deve-se salientar que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, nos autos do processo administrativo em epígrafe, com fins de prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar em questões afetas à conveniência e oportunidade dos atos praticados no âmbito desta Secretaria Municipal de Saúde, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa.

É cediço que para a realização das suas atividades, a Administração necessita firmar contratos com terceiros com a finalidade de obter produtos e serviços. Para evitar a escolha de forma imprópria desses terceiros, a Constituição Federal de 1988 dispõe em seu art. 37, inciso XXI que *“ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes”*.

A Lei que regula o procedimento das licitações é a 8.666 de 21/06/1993 (Estatuto dos Contratos e Licitações), norma de caráter geral, editada com base na competência privativa da União para legislar, nos termos do art. 22, inciso XXVII da Constituição Federal de 1988.

Inserido nesse sistema está o procedimento do Sistema de Registro de Preços, forma de contratação da Administração previsto no art. 15 da Lei 8.666/93. Observa-se que, o Sistema de

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANANINDEUA
ASSESSORIA JURÍDICA

Registro de Preços foi criado com amparo nos princípios da economicidade, celeridade e da eficiência.

Jorge Ulisses Jacoby Fernandes conceitua o Sistema de Registro de Preços como sendo “*um procedimento especial de licitação que se efetiva por meio de uma concorrência ou pregão sui generis, selecionando a proposta mais vantajosa, com observância do princípio da isonomia, para eventual e futura contratação pela Administração*” (FERNANDES, 2006, p. 31).

A peculiaridade do sistema de registro de preços no tocante à licitação é que, finalizado a concorrência ou o pregão, não há a obrigatoriedade da Administração Pública em promover as aquisições, visto que as compras serão realizadas de acordo com as necessidades do ente, com o contrato firmado posteriormente, no oportuno da aquisição.

Em suma, o Sistema de Registro de Preços permite à Administração contratar serviços e adquirir bens de forma célere e eficiente, valendo-se de um cadastro de preços previamente elaborado por meio de licitação, seja na modalidade concorrência ou pregão.

Desse modo, considerando-se o princípio constitucional da economicidade e da eficiência, entende-se que é juridicamente possível e mesmo aconselhável, com as devidas cautelas, aproveitar uma proposta mais vantajosa conquistada por outro ente da Federação, como no caso indicado e justificado.

Como inovação, o Decreto 7.892/2013 trouxe em seu art. 2º, inciso V a definição para órgão não participante (carona), in verbis:

Art. 2º Para os efeitos deste Decreto, são adotadas as seguintes definições:
(...)

V - órgão não participante - órgão ou entidade da administração pública que, não tendo participado dos procedimentos iniciais da licitação, atendidos os requisitos desta norma, faz adesão à ata de registro de preços.

Nesse sentido, o art. 22, em especial nos §§ 3º e 4º, promove as devidas alterações nas regras antes estabelecidas pelo Decreto nº 3.931/2001 e fixa os requisitos para a adesão dos “caronas”, quais sejam:

- a) Justificativa da vantagem da adesão (art. 22, caput);
- b) Consulta ao órgão gerenciador da ata para a manifestação (anuência) sobre a possibilidade de adesão (art. 22, § 1º);
- c) A concordância do fornecedor beneficiário da ata de registro de preços (art. 22, § 2º);
- d) O limite quantitativo a ser aderido por órgão ou entidade (art. 22, §3º), se estiver acima do estabelecido deverá ser readequado;
- e) Previsão expressa no edital convocatório da licitação quanto à possibilidade da adesão (art. 9º, III, e art. 22, § 4º), fixação, no edital convocatório, dos limites quantitativos (máximos) a serem contratados por meio dos contratos derivados da ata de registro de preços.

Nesse diapasão, o Decreto Municipal nº 15.425/2013, devidamente publicado no Diário Oficial do Município de Ananindeua, autoriza os órgãos e entidades da Administração desta municipalidade a utilizarem Atas de Registros de Preços e trata das demais peculiaridades do sistema, tais como:

- a) Manifestação da Secretaria Municipal de Saúde de Ananindeua quanto ao interesse na

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANANINDEUA
ASSESSORIA JURÍDICA

adesão à Ata de Registro de Preços junto ao órgão gerenciador, assim como resposta favorável do referido órgão e, ainda, consulta às empresas que assinaram a Ata, quanto ao interesse no fornecimento do objeto e sua respectiva assertiva favorável (vide Art. 3º, §2º, I, do Decreto nº 11.698, de 16/01/2009);

b) Obrigatoriedade de verificação, na ocasião da contratação, se o preço registrado é compatível com os praticados no mercado, além da vantajosidade para Administração de contratação por meio da adesão (Esta determinação consta literalmente no art. 1º do Decreto Municipal nº 13.884, de 28 de abril de 2010, que condiciona a adesão à demonstração de vantagem econômica, comparativamente aos preços praticados no mercado).

c) Consulta ao órgão gerenciador acerca da admissibilidade da SESAU como órgão participante e, ainda, se as empresas que tiveram seus preços registrados possuem disponibilidade para o atendimento à nova demanda.

Convém ressaltar que, não constam nos autos os documentos atualizados que comprovem a habilitação jurídica; qualificação econômica; regularidade trabalhista e fiscal. Posta assim a questão, é de se dizer que se faz necessário para presente demanda, o qual só deverá ser formalizado após a juntada nos autos dos respectivos documentos.

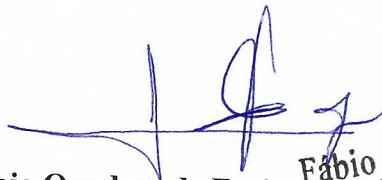
Não obstante, ressalta-se que a publicidade é obrigatória como requisito de eficácia dos atos administrativos, a fim de facilitar o controle e conferir a possibilidade de execução.

III – CONCLUSÃO:

Ante o exposto, considerando os documentos coligidos aos autos; a demonstração efetiva da vantajosidade da adesão sob apreço, em detrimento da realização efetiva de procedimento licitatório apresentado pelo Setor de Compras; a manifestação de anuência do órgão gerenciador da ata; a possibilidade de fornecimento, sem prejuízo do registrado em ata, por parte do pretenso contratado, em tese, é possível a possibilidade de adesão sub examine, desde que observados e cumpridos os apontamentos feitos no presente parecer.

Cumpre salientar que esta Assessoria Jurídica emite parecer sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar a conveniência e à oportunidade dos atos praticados no âmbito da Administração, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa, além disso, este parecer é de caráter meramente opinativo, não vinculando, portanto, a decisão do Gestor Municipal.

Por fim, recomendamos que Vossa Senhoria, encaminhe o presente processo a Procuradoria Geral do Município, tendo como paradigma a análise, anuência jurídica e devido acato do ente juridicamente responsável pelas demandas do Município de Ananindeua/PA e, ainda, seja o presente remetido à apreciação e manifestação da Controladoria Interna.


Fábio Quadros de Farias Procurador Municipal
Procurador Municipal OAB nº 28.321 PA
Portaria nº 007/2021. *Sob sigla*
15:00

PROGE

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ANANINDEUA

PROCESSO: 6895/2022 – SESAU/PMA.

PROCEDÊNCIA: SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE – SESAU/PMA.

INTERESSADO: SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE – SESAU/PMA.

ASSUNTO: ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – POSSIBILIDADE LEGAL.

Parecer nº712/2022-PROGE.

Ananindeua (PA), 11/08/2022.

EMENTA: POSSIBILIDADE JURÍDICA DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DA PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SESAU/PMA. CARONA. LEGALIDADE.

Provocados a nos manifestar sobre a possibilidade da Secretaria Municipal de Saúde aderir às atas de registro de preços Nº 008/009/010/2021-FCP - decorrentes do Pregão SRP Nº. 007/2021 PE nº 014/2021 – Fundação Cultural do Estado do Pará - FCP, que teve como vencedora a empresa VR3 EIRELI – CNPJ Nº 12.507.345/0001-15, para atendimento de suas demandas de “LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS FÍSICAS PARA REALIZAÇÃO DE EVENTOS”.

A adesão à ata de registro de preços tem como fundamento as vantagens em razão da eficiência, princípio da Administração Pública, esculpido no art. 37 da Constituição Federal, assim como na celeridade e economicidade do pleito, por certo que utilizando a adesão não se fará necessário movimentar a pesada máquina administrativa integralmente, pois se aproveitará o preço alcançado no registro de preços, obedecendo fielmente as normas estatuídas na Lei 8666/93 e regulamentações específicas.

O exame desta Procuradoria será com base na Lei Federal nº 8666/93, Decreto nº 7.892/13, e quanto ao cumprimento dos requisitos objetivos constantes no Ofício Circular nº 261/2021 – PROGE/PMA.

É o que basta relatar.

I – DO ORDENAMENTO LEGAL.

O sistema de registro de preços possui sua definição normativa no Decreto nº 7.892/13, que estabelece o conjunto de procedimentos, mediante licitação, para registro formal de preços (SRP), relativos à prestação de serviços de aquisição de bens, destinado a contratações futuras.

O art. 22 do referido decreto possibilita a extensão da utilização da ata de registro de preços de determinado órgão ou entidade da administração, por outro que não tenha participado da ata, criando assim, a figura do “carona”. A adesão à ata de registro de preços é tida como um ato, por meio do qual um órgão ou ente da administração pública adere à ata elaborada mediante licitação promovida por outro órgão, valendo-se dela como se sua fosse, vejamos:

Art. 22. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

No que toca à vantajosidade da Adesão, verifica-se que a administração realizou pesquisa de preços para apurar o valor atualmente praticado no mercado para contratações correlatas, tendo constatado, do quanto apurado, que os preços registrados na Ata em referência estão abaixo da média do mercado, motivo pelo qual vislumbra-se a economicidade coma adesão em detrimento de procedimento de contratação formal.

280

1

PROGE

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO DE ANANINDEUA

No que tange à manutenção das condições originais da contratação, aponto que a minuta de contrato confeccionada coaduna com as disposições do edital, do termo de referência e do contrato do certame originário da ata, não havendo inovações indevidas nas previsões dos instrumentos originários.

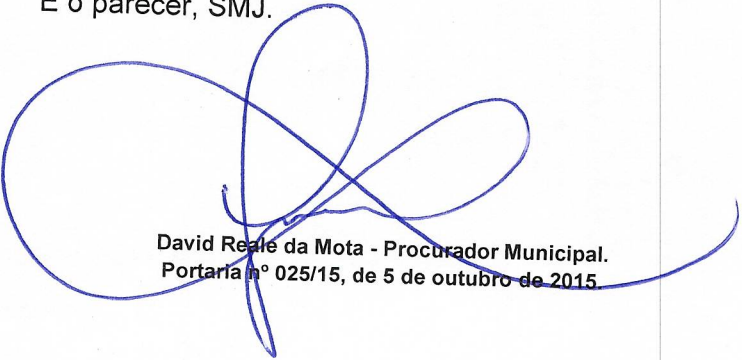
Ressalte-se por oportuno que constam ainda no instrumento convocatório, todas as formalidades concernentes à possibilidade de adesão à ata em comento, conforme determinação do § 4º do citado Decreto, ressaltamos ainda que a Ata se encontra em plena vigência, não existindo, portanto, impeditivos legais para que se realize a adesão pretendida.

II – CONCLUSÃO.

Dessa forma, ante a documentação juntada, conclui-se pela inexistência de óbice jurídico no presente procedimento de adesão à ata de registro de preços Nº 008/009/010/2021-FCP - decorrentes do Pregão SRP Nº. 007/2021 PE nº 014/2021 – Fundação Cultural do Estado do Pará - FCP, que teve como vencedora a empresa VR3 EIRELI – CNPJ Nº 12.507.345/0001-15, pela SESAU/PMA, por conter o aceite do órgão gerenciador, encontrar-se dentro de sua validade, e estarem sendo respeitados os requisitos constantes no Decreto nº 7.892/13, Ofício Circular nº 261/2021 – PROGE/PMA assim como as regras estabelecidas no instrumento convocatório, tendo como principal escopo o princípio constitucional da eficiência.

Remetam-se os autos à CGM/PMA, antes ao Gabinete do Sr. PGM.

É o parecer, SMJ.


David Reale da Mota - Procurador Municipal.
Portaria nº 025/15, de 5 de outubro de 2015